



ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO A ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA EM SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL

Leticia dos Santos Cerqueira ¹

Jusivani Lima de Souza ²

Irislène Carvalho da Silva ³

Nilson Antônio Ferreira Roseira ⁴

RESUMO

Este relato de experiência tem como objetivo descrever práticas pedagógicas desenvolvidas no atendimento educacional especializado (AEE) de estudantes com deficiência intelectual e Transtorno do Espectro Autista (TEA) em uma sala de recursos multifuncional. O AEE visa complementar e suplementar a formação dos estudantes da educação básica, promovendo a eliminação de barreiras à aprendizagem e à participação. A experiência ocorreu em uma escola pública municipal, atendendo alunos que frequentam o ensino regular em contraturno. As estratégias utilizadas baseiam-se na adaptação de materiais pedagógicos, uso de recursos lúdicos e tecnologias assistivas, além de parcerias com a equipe pedagógica e a família. O relato evidencia os avanços na autonomia, comunicação e interação social dos estudantes atendidos. Conclui-se que o AEE desempenha papel fundamental no processo de escolarização de estudantes público-alvo da educação especial e inclusiva, especialmente quando realizado com intencionalidade pedagógica e planejamento colaborativo.

Palavras-chave: Educação, Sala de Recursos, TEA, Atendimento Educacional Especializado.

¹ Técnica em Agropecuária pela Escola Família Agrícola dos Municípios Integrados da Região de Irará (EFAMI). Graduanda do Curso de Licenciatura em Educação do Campo nas Áreas de Conhecimento Ciências da Natureza ou Matemática da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia- UFRB. Bolsista ID do PIBID, no Subprojeto Educação do Campo, município de Irará, Bahia: Contato: cerqueira@aluno.ufrb.edu.br.

² Graduanda do Curso de Licenciatura em Educação do Campo nas Áreas de Conhecimento Ciências da Natureza ou Matemática da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia- UFRB. Bolsista ID do PIBID, no Subprojeto Educação do Campo, município de Irará, Bahia: Contato: jusivanilima.estudante@gmail.com.

³ Professora da educação básica da Rede Municipal de Ensino de Irará, Bahia. Licenciada em Educação do Campo com Habilitação em Ciências da Natureza pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Pós graduada em Gestão, Supervisão e Orientação Educacional (Instituto Pró Saber). É Supervisora do PIBID, no Subprojeto Educação do Campo, responsável pelos bolsistas da Escola Municipal Amaro Bispo dos Santos-Irára, Bahia, irislenecarvalho.efami@efa.g12.br.

⁴ Professor associado da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), lotado no Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (CETENS), em Feira de Santana, Bahia. Atua no Curso de Licenciatura em Educação do Campo, nas Áreas de Conhecimento Ciências da Natureza ou Matemática. É Coordenador de Área do PIBID, no Subprojeto Educação do Campo, responsável pelos bolsistas do município de Irará, Bahia, nroseiraufrb@gmail.com.



INTRODUÇÃO

A inclusão escolar de estudantes com Deficiência Intelectual e Transtorno do Espectro Autista (TEA) tem se constituído em um dos principais desafios da educação contemporânea. Trata-se de um processo que exige não apenas o acesso à escola, mas também a garantia da permanência, participação e aprendizagem efetiva desses estudantes. Nesse contexto, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) surge como uma estratégia fundamental para assegurar o direito à educação inclusiva, equitativa e de qualidade, conforme previsto na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) e na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015).

O AEE é uma ação pedagógica que complementa e/ou suplementa a formação dos estudantes público-alvo da educação especial, identificando, organizando e articulando recursos e serviços que eliminem barreiras para a plena participação dos alunos no processo educativo. Ele é ofertado, preferencialmente, em salas de recursos multifuncionais, espaços equipados com materiais pedagógicos, tecnológicos e de acessibilidade que favorecem o desenvolvimento das potencialidades de cada estudante.

No contexto da Educação do Campo, como no caso da Escola Municipal Amaro Bispo dos Santos, localizada na zona rural do município de Irará (BA), os desafios da inclusão se ampliam, considerando as especificidades territoriais, socioculturais e estruturais das escolas rurais. Assim, a atuação do AEE nessas realidades exige sensibilidade, criatividade e articulação entre professores, gestores e comunidade escolar, de modo que a inclusão aconteça de forma efetiva e contextualizada.

O presente relato de experiência tem como objetivo descrever e refletir sobre as práticas desenvolvidas no AEE dessa escola pública, com foco no atendimento a estudantes com deficiência intelectual e TEA, durante a vivência no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). Essa experiência possibilitou uma aproximação entre a teoria estudada na formação docente e a prática cotidiana da escola, contribuindo para a construção de saberes pedagógicos voltados à inclusão.

A atuação na sala de recursos multifuncional visou ao desenvolvimento das potencialidades dos alunos, considerando suas especificidades e necessidades. O trabalho buscou, sobretudo, eliminar barreiras que dificultam o processo de escolarização, assegurando o direito à educação de qualidade, acessível e significativa para todos. Além disso, o AEE, ao promover estratégias individualizadas, o uso de tecnologias assistivas e recursos lúdicos,





contribui para o fortalecimento da autonomia, da comunicação e da interação social dos estudantes.

Dessa forma, a reflexão sobre essa prática torna-se relevante não apenas por evidenciar os avanços e desafios da inclusão escolar, mas também por reforçar o papel da formação inicial de professores na consolidação de uma educação verdadeiramente inclusiva, democrática e transformadora.

METODOLOGIA

A metodologia adotada durante a vivência no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) teve como foco a observação participante e a reflexão crítica das práticas pedagógicas inclusivas desenvolvidas na Escola Municipal Amaro Bispo dos Santos (EMABS) situada na Fazenda Mangabeira, zona rural do município de Irará, Bahia. A vivência e observação foi conduzida de forma colaborativa entre os bolsistas do programa e a professora responsável pela sala de recursos multifuncional, dedicada ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), durante o processo as ações desenvolvidas com cerca de 19 estudantes com deficiência intelectual e Transtorno do Espectro Autista (TEA).

As intervenções pedagógicas observadas ocorriam no contraturno das aulas regulares, com atendimentos individualizados planejados a partir das necessidades específicas de cada estudante.

Foram utilizados recursos didáticos adaptados, jogos pedagógicos, materiais concretos de comunicação alternativa e aumentativa, buscando ampliar as possibilidades de aprendizagem e de participação dos alunos no contexto escolar. A atuação da professora da sala de recursos, especialista em Educação Especial, foi fundamental, destacando-se pela elaboração de estratégias diferenciadas e pela articulação constante com os professores regentes e a gestão escolar.

Foram registrados relatos reflexivos, promovidas rodas de conversa com os bolsistas do programa, sempre buscando compreender os desafios e potencialidades da prática inclusiva no ambiente escolar. O diálogo entre o PIBID e os diferentes setores da escola contribuiu significativamente para a formação docente inicial, fortalecendo o compromisso coletivo com a construção de uma educação inclusiva, democrática e acessível.

A inclusão escolar de estudantes com Deficiência Intelectual e Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um aspecto essencial das políticas educacionais contemporâneas, destacando o papel do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na promoção do acesso e participação. A AEE deve eliminar barreiras e assegurar uma educação justa, conforme proposto na legislação brasileira. Segundo Mantoan (2006, p. 27), "a inclusão é um direito de todos e deve ser garantida por meio de políticas públicas efetivas."

É fundamental que a educação inclusiva considere as especificidades de cada aluno, promovendo adaptações curriculares e metodológicas que possibilitem a aprendizagem. A utilização de recursos lúdicos e tecnologias assistivas é crucial para facilitar a comunicação e a interação social dos estudantes. Como afirma Souza (2018, p. 45), "o uso de tecnologias assistivas e metodologias ativas é essencial para a promoção da autonomia e da inclusão de estudantes com necessidades especiais."

Além disso, o planejamento colaborativo entre a equipe pedagógica e as famílias é vital para o sucesso das intervenções educativas. A observação e reflexão crítica das práticas pedagógicas também são importantes para a formação docente, contribuindo para uma educação inclusiva e de qualidade. Assim, o AEE, quando realizado com intencionalidade, pode promover avanços significativos na autonomia e interação dos estudantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A vivência no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), por meio da observação participante e do diálogo com a professora da sala de recursos multifuncional, possibilitou a ampliação da compreensão teórica e prática sobre a educação inclusiva. Como resultados, alcançamos o fortalecimento das competências pedagógicas dos bolsistas, a valorização do trabalho colaborativo entre profissionais da educação e a consolidação de estratégias de ensino adaptadas às necessidades de estudantes com Deficiência Intelectual e Transtorno do Espectro Autista (TEA). Além disso, o contato com recursos didáticos adaptados, jogos pedagógicos e materiais de comunicação alternativa inspirou novas práticas, tanto na nossa formação inicial quanto no cotidiano escolar, promovendo maior participação e aprendizagem dos alunos público-alvo da Educação Especial.





A experiência evidenciou que a efetividade da educação inclusiva está diretamente relacionada ao trabalho integrado entre professores da sala de recursos, docentes regentes e equipe gestora. As práticas discutidas mostraram que o Atendimento Educacional Especializado (AEE), quando realizado de forma planejada, individualizada e articulada ao currículo, contribui significativamente para o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes.

O uso de materiais adaptados e estratégias diferenciadas não apenas favoreceu a aprendizagem, mas também estimulou a autonomia e a interação dos alunos com os demais colegas. No entanto, observamos que a consolidação de uma escola verdadeiramente inclusiva exige formação continuada de toda a equipe pedagógica, apoio de políticas públicas e disponibilidade de recursos materiais adequados.

A participação dos bolsistas do PIBID nesse processo reforçou a importância da formação docente baseada na realidade escolar, permitindo que a teoria e a prática se entrelaçassem. Essa aproximação contribuiu para que os futuros professores desenvolvessem sensibilidade, olhar crítico e compromisso com a construção de uma educação democrática, acessível e de qualidade para todos.

A inclusão escolar se constitui como um princípio fundamental para a garantia do direito à educação de todos os estudantes. No entanto, não basta apenas inserir o aluno com deficiência no ambiente escolar: é necessário oferecer assistência adequada, assegurar condições pedagógicas específicas e adaptar métodos de ensino para atender às suas necessidades particulares. Nesse contexto, as Salas de Recursos Multifuncionais representam um marco essencial na efetivação da educação inclusiva, pois oferecem um ambiente acolhedor, estruturado e adaptado, favorecendo o desenvolvimento, a autonomia e a participação social dos estudantes público-alvo da Educação Especial.

A presença dessa sala na Escola Amaro Bispo dos Santos, localizada no campo, no município de Irará, reforça o compromisso institucional com a inclusão. A Sala de Recursos amplia o acesso ao ensino, atende às necessidades específicas dos educandos e possibilita oportunidades reais de aprendizagem. Por meio dessa estrutura, os estudantes conseguem desenvolver habilidades diversas e participar de forma plena e significativa do processo educativo. Assim, a educação inclusiva assume um papel transformador ao promover igualdade de oportunidades, valorizar a diversidade e estimular um convívio escolar enriquecido pela diferença.

Os relatos analisados descrevem o funcionamento da sala de recursos, destacando elementos estruturais, práticas pedagógicas e intervenções especializadas. O espaço é



caracterizado como colorido, amplo e organizado para atender adequadamente o número de estudantes, proporcionando acolhimento e facilitando o envolvimento dos alunos nas atividades. As práticas pedagógicas são dinâmicas, com uso de materiais e atividades didáticas cuidadosamente adaptadas às necessidades individuais dos alunos atípicos. As adaptações levam em conta as dificuldades específicas de cada estudante, reforçando a importância da personalização das intervenções pedagógicas.

Um dos relatos que ouvimos durante as atividades na escola menciona o caso de uma síndrome grave não identificada, possivelmente relacionada à trissomia do cromossomo 18, o que evidencia a necessidade de acompanhamento especializado e de estratégias diferenciadas. As atividades desenvolvidas na sala incluem exercícios voltados para a melhoria da fala e da postura, aplicados com metodologias distintas conforme a área de especialização dos profissionais envolvidos. Dessa forma, uma mesma atividade pode assumir abordagens diversas, demonstrando a relevância do trabalho interdisciplinar na educação inclusiva.

Por fim, destaca-se o lançamento de um livro produzido pelos alunos atípicos, iniciativa da professora responsável pela sala de recursos que reafirma práticas pedagógicas que valorizam a autoria, a expressão e o protagonismo estudantil. Esse tipo de ação fortalece a construção da identidade dos educandos e promove maior engajamento no processo de aprendizagem, além de reafirmar a perspectiva inclusiva como eixo central da prática educativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência relatada neste trabalho evidenciou que, por meio de práticas pedagógicas adaptadas e do uso de recursos lúdicos e tecnológicos, é possível criar um ambiente de aprendizado que valoriza as potencialidades de cada aluno, ao mesmo tempo que elimina barreiras na aprendizagem.

Os avanços observados na autonomia, comunicação e interação social dos estudantes atendidos indicam que o AEE, quando realizado com planejamento e intencionalidade, pode ter um impacto significativo na vida escolar e social desses alunos. A colaboração entre a equipe pedagógica e as famílias, aliada a ações individualizadas, é fundamental para o sucesso das intervenções, pois permite um entendimento mais profundo das necessidades e particularidades de cada estudante.

Entretanto, para que o AEE alcance todo o seu potencial, é necessário que haja um investimento contínuo em formação de professores, recursos didáticos e em uma





infraestrutura que suporte a educação inclusiva. Além disso, a reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas deve ser uma constante, garantindo que as estratégias adotadas estejam sempre alinhadas às demandas e contextos dos alunos.

Por fim, conclui-se que o AEE é um componente vital no processo de escolarização inclusiva, promovendo não apenas o acesso à educação, mas também a construção de um espaço escolar mais justo e igualitário. A continuidade desse trabalho depende do compromisso coletivo de todos os envolvidos, desde educadores até gestores e famílias, na busca por uma educação que respeite e valorize a diversidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio concedido, que contribuiu de forma significativa para o desenvolvimento deste relato de experiência. O incentivo da CAPES, por meio do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), foi essencial para o fortalecimento da minha formação acadêmica, científica e pedagógica, proporcionando vivências concretas no cotidiano escolar.

O PIBID desempenha um papel fundamental na valorização e na formação inicial de professores, ao aproximar os licenciandos das realidades e desafios da escola pública. Essa integração entre teoria e prática possibilita uma formação mais crítica, reflexiva e comprometida com a transformação social.

Para a Educação do Campo, essa experiência torna-se ainda mais relevante, pois contribui para uma prática educativa sensível às especificidades, saberes e modos de vida de seus sujeitos. Assim, reafirma-se a importância de políticas públicas que fortalecem a docência e promovem uma educação inclusiva, contextualizada e socialmente justa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 19 out. 2025.





BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.
Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2008. Disponível em:
<https://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicadeeducaoespecial.pdf>. Acesso em: 19 out. 2025.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar:** o que é? São Paulo: Moderna, 2006.

SOUZA, D. S. **Educação inclusiva:** práticas e desafios. Rio de Janeiro: Editora Educação, 2018.